



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014
(dos Srs. Simplicio Araújo e Fernando Francischini)

CPMI-PETRO

Requerimento
Nº 039/14

Requeremos seja convocado o Senhor Philippe Jacques Levy, representante da empresa SBM Offshore no Brasil para prestar esclarecimentos sobre o suposto pagamento de propina para funcionários da Petrobras.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que seja convocado o Senhor Philippe Jacques Levy, representante da empresa SBM Offshore no Brasil para prestar esclarecimentos sobre o suposto pagamento de propina para funcionários da Petrobras.



Augusto Cunha Bueno
1
Leandro Augusto Cunha Bueno
Técnico Legislativo
Matr. 232.868

20/05/14, 14:40



CONGRESSO NACIONAL

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, a sociedade brasileira tomou conhecimento, por meio da imprensa, que havia suposto esquema de pagamento de propinas a funcionários da Petrobras por funcionários da empresa holandesa SBM Offshore.

A matéria jornalística abaixo transcrita traz os detalhes do sobredito esquema, senão vejamos: ***“CGU pede contratos da Petrobras com SBM por suspeita de propina”***. Abaixo a íntegra da matéria extraída de <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/02/1414750-cgu-pede-contratos-da-petrobras-com-a-sbm-offshore.shtml>

CGU pede contratos da Petrobras com SBM por suspeita de propina

19/02/2014 18h27

O ministro-chefe da CGU (Controladoria-Geral da União) Jorge Hage, afirmou hoje, em evento no Rio sobre corrupção e lavagem de dinheiro, que pediu à Petrobras os contratos assinados pela empresa com a multinacional holandesa SBM Offshore, que vem sendo investigada na Holanda, nos Estados Unidos e na Inglaterra por suspeita de pagamento de propina em vários países.

Hage chegou a dizer, a uma pessoa de sua equipe que cuida dos casos relacionados à Petrobras, durante o evento, para "se preparar", porque terão "muito trabalho pela frente". O encontro foi realizado pela Fundação Getúlio Vargas.





CONGRESSO NACIONAL

A SBM é líder mundial na construção de plataformas de produção de petróleo sobre cascos de navio, conhecidas no mercado como FPSO. A empresa tem sete contratos de aluguel com a Petrobras e outras duas encomendadas para a Bacia de Santos. Outra plataforma da empresa opera para a Shell. Mais uma plataforma foi entregue ao estaleiro OSX.

As primeiras informações foram solicitadas pela CGU na semana passada, logo depois de ter sido revelado que um suposto ex-funcionário da SBM incluiu a Petrobras entre as empresas de petróleo que teriam recebido suborno para acelerar o fechamento de negócios. A denúncia, feita anonimamente no site Wikipedia, em outubro, detalha o funcionamento do suposto esquema e inclui outras empresas com quem a SBM mantém negócios, em outros seis países.

LEGISLAÇÃO

Hage disse que, caso as informações sejam confirmadas, não seria possível enquadrar a companhia holandesa na nova Lei Anticorrupção, porque os atos teriam ocorrido anteriormente a sua entrada em vigor, no fim de janeiro. A lei ainda não foi regulamentada. "A lei trata de quem paga, da empresa corruptora e seus agentes", diz Hage na Fundação Getulio Vargas, que sediou o evento. Para as empresas corrompidas, diz ele, existem as punições previstas em Código Penal "há anos".

Segundo o ministro Hage, de posse dos documentos, será possível analisar se a CGU deve apenas acompanhar o caso ou se será possível determinar algum procedimento.

A SBM reconhece ter identificado indícios de pagamentos de propina em "dois países na África e um fora da África", e que encaminhou voluntariamente os dados à Justiça, em 2012. Afirma, ainda, ter sofrido tentativa de extorsão do ex-funcionário, que teria tentado receber € 3 milhões para não fazer a revelação.





CONGRESSO NACIONAL

PROPINAS

Segundo o ex-funcionário, identificado pela revista "Veja" como Jonathan David Taylor, dos US\$ 275 milhões pagos em propinas pela SBM no mundo, US\$ 139 milhões teriam sido pagos no Brasil, por meio de duas empresas, Faercom e Oildrive, do empresário Júlio Faerman, citado no relato da internet.

Faerman diz que representou a SBM no Brasil junto à Petrobras durante 30 anos, e que o contrato foi rompido em 2012, quando a empresa teria decidido reforçar o escritório brasileiro. O empresário também diz repudiar as denúncias publicadas, que classificou de "caluniosas e difamatórias".

Outrossim, vale transcrever também, matéria amplamente divulgada em 09/05/2014, onde diz que Petrobras já sabia das suspeitas de pagamento de propinas desde 2012. Sabendo de tal suspeita, porque nada foi feito na época? Abaixo transcrevo a aludida matéria, cujo título é: **Petrobras sabia de suspeitas desde 2012, diz executivo**. Vejamos abaixo a matéria extraída de <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,petrobras-sabia-de-suspeitas-sobre-propina-desde-2012-diz-executivo,1164349,0.htm>

Petrobrás sabia de suspeitas sobre propina desde 2012, diz executivo

Embora representantes da empresa holandesa SBM tenham citado caso, auditoria interna só foi aberta no início deste ano
09 de maio de 2014 | 2h 07

Erich Decat - O Estado de S.Paulo





CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - Em depoimento ao Ministério Público Federal do Rio, o representante da SBM Offshore no Brasil, Philippe Jacques Levy, afirmou que integrantes da Petrobrás sabiam das suspeitas de pagamento de suborno a funcionários da estatal desde 2012.

Apesar do alerta de integrantes da cúpula da própria empresa holandesa, a presidente da Petrobrás, Graça Foster, só determinou a instalação de auditoria interna para apurar o caso quase um ano e meio depois, em 18 de fevereiro, seis dias após o vazamento da denúncia pelo Wikipédia. Concluída em 45 dias, a apuração interna avaliou que não houve pagamento de propina. A Petrobrás não quis comentar.

O depoimento, a que o Broadcast Político teve acesso, durou cerca de três horas e foi dado em 3 de abril, na sede do Ministério Público do Rio. Nele, Levy, que é francês, diz que anualmente o CEO da SBM tem reuniões com a diretoria da Petrobrás.

Levy disse ter testemunhado o encontro de 2012, no qual foram abordadas as suspeitas de suborno com alguns executivos, entre eles o diretor de Exploração e Produção da Petrobrás, José Miranda Formigli, o gerente executivo da área, Erardo Barbosa, e o gerente executivo Osmond Coelho, da área Internacional.

"(...)Perguntado quando e a quem a SBM informou a Petrobrás acerca das suspeitas de pagamentos indevidos, respondeu que anualmente o CEO da SBM tem reunião com a diretoria da Petrobrás, e, na reunião de 2012, salvo engano em agosto, o declarante estava presente quando o assunto foi abordado, estando presentes, pela Petrobrás, Formigli, Osmond Coelho e Erardo e, pela SBM, além do declarante, Bruno Chabas e Oliver Kassam", diz o documento.

Num segundo encontro, no primeiro semestre de 2013, o assunto voltou a ser comentado "sempre brevemente, porque as apurações ainda estavam em andamento", segundo Levy.

De acordo com o depoimento, a SBM contratou a holandesa Debrauw e a norte-americana Paul Hastings para investigar possíveis pagamentos indevidos. De acordo com as duas empresas, não foram encontradas provas de corrupção.





CONGRESSO NACIONAL

Contratos. Levy citou aos procuradores o papel de Julio Faerman, suposto representante da empresa SBM no Brasil que, segundo a denúncia, seria o responsável pelo pagamento da propina a funcionários da Petrobrás, em troca de contratos de fornecimento de plataformas.

Segundo Levy, Faerman era o "rosto" da empresa no Brasil e "atuava em todas as fases, como único agente comercial da SBM no Brasil, agindo de forma muito competente desde a elaboração dos contratos, colaborando com especificações técnicas, na qualidade de engenheiro, além dos aspectos comerciais".

O francês não soube responder, no entanto, quais os percentuais de comissão e os valores que Faerman receberia por projeto. Atualmente, ele não faz mais parte do quadro de funcionários da SBM. Há suspeitas de que, no suposto esquema, uma comissão de 3% em propinas era dividida em 1% para ele e 2% para funcionários da Petrobrás.

Prazo. Responsável pela condução das investigações sobre o caso, o procurador da República Renato Silva de Oliveira considera que a conclusão do caso "possivelmente" fique para 2015. A avaliação consta dos autos do processo, no ofício n.º 5662, de 25 de abril.

No documento, o procurador informa que o procedimento investigatório criminal, aberto em 14 de março, continua em andamento, dentro do prazo inicial de 90 dias. Na sequência, porém, Oliveira faz a ressalva: "Sendo previsível que se terá de prorrogá-lo, e provável que não se encerre neste ano, pela complexidade dos fatos investigados".

Dessa forma, Senhor Presidente, a convocação que ora requeremos, torna-se imprescindível à consecução das investigações a cargo desta Comissão Mista, vez que foi declarado pelo representante da empresa ao Ministério Público, em depoimento, que a Petrobras já sabia da suspeita de pagamento de propina de funcionários da empresa holandesa.

Sala das Sessões, em de de 2014


Dep. SIMPLÍCIO ARAÚJO
Vice-Líder do Solidariedade/MA





CONGRESSO NACIONAL

Dep. **FERNANDO FRANCISCHINI**
Líder do Solidariedade/PR

